

## REVOLUÇÃO BOLIVARIANA: HORA DA ANÁLISE

Fabricio Pereira da Silva<sup>1</sup>

**AYALA, Mario, QUINTERO, Pablo (org.). *Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó: Editorial Maipue, 2009**

Há décadas o tema da “neutralidade” na análise científica saiu do centro dos debates filosóficos, pelo menos nas chamadas “humanidades”. Não convém aqui enumerar as razões da inviabilidade desse tipo de abordagem, até porque fazê-lo seria repisar argumentos contra “cientificismos” e “positivismos” há muito superados. No entanto, isso não necessariamente leva ao extremo oposto, o da negação de qualquer possibilidade de uma abordagem objetiva de um dado objeto. A realidade segue aí, multifacética e sempre cambiante de acordo com o olhar do analista, mas exigindo análises objetivas. Que fazer então para aproximar-se dessa meta? Antes de tudo, equilíbrio na análise, base teórico-metodológica sólida e plural, e diálogo franco com seus pares ao longo do processo de desenho e realização da pesquisa. Finalmente, uma abordagem multidisciplinar (nada mais que abordar o mesmo objeto a partir de lócus de conhecimento distintos) e desde temáticas plurais tende a ajudar.

Pois bem, há pouco mais de uma década o processo de transformações levado a cabo na Venezuela está posto diante de nós como uma esfinge, devorando alguns analistas e militantes políticos. As mudanças levadas a cabo por Hugo Chávez Frias e seus apoiadores provocaram uma já considerável literatura sobre o tema. Não surpreende que grande

<sup>1</sup>Professor Adjunto de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email: fabricio.pereira@unila.edu.br

parte dessa literatura (a maioria?) sobre um processo tão polêmico tenha se dedicado a defendê-lo ou a atacá-lo abertamente. Os primeiros têm tido relativamente pouco impacto no universo acadêmico, dentro e fora da Venezuela<sup>2</sup>, e muitos deles podem ser encontrados em *sites* de apoio ao bolivarianismo (como *Aporrea*). Já os segundos são bem mais numerosos, e vêm impondo uma análise enviesada que compreende a Revolução Bolivariana<sup>3</sup> como um fenômeno mais dentro do inesgotável populismo latino-americano. Vale dizer que populismo é um conceito cada vez mais difuso, um “referencial vazio”, quase sempre introduzido nas análises em chave negativa (e não histórico-analítica), como forma de desmerecer um objeto/adversário. Adicionalmente, populismo e autoritarismo geralmente se confundem, e a conclusão é que a Venezuela ruma célere para a autocracia<sup>4</sup>, se é que já não está lá. Esse tipo de análise é geralmente estendido para outros processos de transformação em voga na América Latina, como o boliviano e o equatoriano<sup>5</sup>.

Diante de um quadro como esse, é importante registrar a atuação de analistas que vêm lançando um olhar crítico e ao mesmo tempo rigoroso sobre as transformações operadas na Venezuela. Finalmente, quando diversos trabalhos desse teor são reunidos numa compilação, é hora de escrever uma resenha. Por isso dedico estas páginas à obra organizada por Mario

---

<sup>2</sup> Atilio Boron por vezes assume esse papel de defesa incondicional do bolivarianismo.

<sup>3</sup> Chamo esse processo de “revolução bolivariana”. “Revolução” em primeiro lugar porque ela assim se considera, e isso não é pouco, pois a leva a atuar de forma a dividir o campo político-social de forma dicotômica (“amigos” versus “inimigos”), alimentando a inesgotável polarização política do país. Em segundo lugar porque parto de uma noção mais aberta do termo, de modo a entender como “revolucionária” a refundação político-institucional proposta desde o princípio pelo movimento bolivariano. Em terceiro lugar, porque transformações ainda mais profundas vêm sendo propostas e em parte ensaiadas desde que o horizonte socialista da revolução foi explicitado a partir de 2005/2006. Já o termo “bolivariano” é um esforço em demonstrar a pluralidade e enraizamento histórico do processo, que vai além do “fenômeno Chávez” e do “chavismo” dele derivado. Resumindo, o “bolivarianismo” engloba o “chavismo”, e o supera. Para uma argumentação, conferir SEABRA, Raphael Lana, DA SILVA, Fabricio Pereira, “Sugestões teóricas para uma abordagem da via bolivariana”, *Crítica Marxista*, no prelo.

<sup>4</sup> Analistas políticos como Jorge Castañeda e Teodoro Petkoff, ou acadêmicos como Francisco Panizza podem muito bem representar esse numeroso grupo.

<sup>5</sup> Tenho procurado chaves analíticas alternativas para compreender esses fenômenos, que prefiro classificar de “refundadores”. Esse não é o espaço para aprofundar essa discussão, e para isso remeto ao artigo “Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?”, *Oikos*, v. 9, n. 2, 2010.

Ayala e Pablo Quintero, intitulada *Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Trata-se de uma compilação realizada pelo Programa de História Oral e pela Cátedra de Problemas Latino-Americanos Contemporâneos, ambos da Universidade de Buenos Aires (UBA), e eu reunii renomados especialistas em diversos aspectos da Venezuela contemporânea – como Margarita López-Maya, Steve Ellner, Edgardo Lander e Fernando Coronil, para citar apenas alguns.

Considero essa obra marcante exatamente por reunir as razões que aponte no princípio dessa resenha como sendo relevantes para uma abordagem “objetiva” da realidade. Os organizadores procuraram explicitamente evitar as visões extremas sobre o processo, que “oscilam entre a esperança da libertação latino-americana e os perigos maléficos do populismo” (pág. 7). A intenção manifesta de Ayala e Quintero foi a de reunir numa mesma obra uma diversidade de opiniões e análises sobre o tema, e ao mesmo tempo abordar seus diversos aspectos. Essas são as duas principais fortalezas da obra. Por um lado reunir visões matizadas e críticas, baseadas em rigorosa pesquisa e em referenciais teórico-metodológicos sólidos. Por outro, proporcionar um panorama multidisciplinar e plural do processo bolivariano.

A primeira intenção pode ser exemplificada a partir de um dos artigos que compõem a obra. Refiro-me ao de María Pilar García-Guadilla, intitulado “La praxis de los Consejos Comunales ¿Poder popular o instancia clientelar?”. García-Guadilla apresenta uma visão crítica da prática dos Conselhos Comuns (CC) instituídos pelo regime a partir de 2006 como mecanismo preferencial de participação popular no desenho e implantação de políticas públicas, e de maneira geral como meio de construção da “democracia protagônica”, que desde 1999 é seu referencial político (a partir de 2005/2006 o regime passou a defender uma “democracia revolucionária e socialista”, que englobaria a “democracia protagônica”).

A autora aponta que os referidos organismos de participação na sua maioria são criados de “cima para baixo”; dependem dos recursos oficiais (o que acarreta perda de autonomia); se prestam mais à execução de benfeitorias locais que ao debate ou ao desenho de políticas públicas mais gerais; dificilmente reúnem setores sociais plurais, além de possuir dificuldades de articulação entre eles; e são acionados pelo regime

como apoios em momentos eleitorais. Defende a partir de argumentos práticos e filosóficos a preservação dos mecanismos de representação, associados aos de participação – argumentando que o regime partiria da visão de que representação e participação se excluiriam, optando sempre pela segunda. Conclui que “Os objetivos e o discurso da maior parte dos atores governamentais, políticos e sociais ao redor dos CC não coincidem com as práticas. Enquanto os objetivos e o discurso presidencial falam de apoderamento, transformação e democratização, as práticas observadas apontam na direção do clientelismo, cooptação, centralização e exclusão por razões de polarização política” (págs. 320-321).

No que o artigo de García-Guadilla seria tão diferente das obras de “combate ao populismo chavista”? Simples. A autora parte de rigorosa pesquisa, baseada na observação participante e na realização de entrevistas (totalizando uma pesquisa em dezoito CC), além do levantamento de literatura secundária sobre o tema e outras organizações. O trabalho preserva a estrutura acadêmica e argumentativa, mesmo com a referida visão crítica do processo bolivariano. Na medida em que todo autor fala desde um lugar definido, a explicitação mesma de sua visão crítica constitui inclusive um componente de respeito ao leitor, e um passo a mais na direção da obtenção da objetividade. Em suma, o artigo de García-Guadilla demonstra que é possível elaborar uma pesquisa científica absolutamente respeitável e que colabore para a compreensão de um dado objeto, mesmo que se parta de uma posição de crítica aberta em relação a ele. Por mais que os pressupostos epistemológicos dos quais a autora parte possam derivar em conclusões enviesadas ou ao menos exageradas (o que no mais é inescapável a qualquer obra acadêmica), a autora lança luz sobre aspectos problemáticos do bolivarianismo, que deveriam ser levados em consideração por seus apoiadores mais sinceros.

Por fim, a segunda intenção contida na obra aqui resenhada fica evidente a partir de um recorrido por sua temática. Ela começa por retrospectivas históricas e políticas elaboradas por autores renomados como Ellner e López-Maya. Segue com análises econômicas, sendo uma mais geral (de Lander e Pablo Navarrete), e outras duas abordando temas chave para compreender o processo: a soberania alimentar (tratada por Dick Parker) e o rentismo petrolero (por Coronil), problemas crôni-

cos e não superados até aqui pelo novo regime e suas propostas de “desenvolvimento endógeno”. Em seguida introduz temas identitários, pouco discutidos em obras sobre o bolivarianismo: o tratamento das minorias afrovenezuelanas (Ayala e Ernesto Mora-Queipo) e indígenas (Johnny Alarcón Puentes, Morelva Leal, Carmen Paz e Zaidy Fernández) na última década; e abordagens “heterodoxas” do fenômeno bolivariano enquanto negação do “mito da democracia racial” (Pablo Quintero) e geração de uma nova concepção corporal (Luis Alfredo Briceño). Finalmente aborda o tema dos mecanismos de participação, no comentado artigo de García-Guadilla, e conclui com duas análises teóricas: uma sobre os setores intelectuais e políticos latino-americanos críticos ao bolivarianismo (Héctor Díaz-Polanco), a outra sobre as perspectivas do “socialismo do século XXI” (Javier Biardeau). A pluralidade dos temas salta aos olhos, bem como das especialidades dos autores (antropologia, história, economia, ciência política, sociologia...) e seus referenciais epistemológicos (desde versões heterodoxas do marxismo até o pensamento “decolonial” e a pós-modernidade).

Como afirmam Ayala e Quintero, ainda há muito a ser dito sobre a Revolução Bolivariana, e análises e teses propostas nesse momento poderão ser revisadas na medida em que se logre um maior distanciamento em relação ao tema (distanciamento que sempre terá suas limitações, como já foi dito). No entanto, essa obra pode ser vista como um dos grandes esforços até aqui na direção de uma análise sólida, matizada e rigorosa do processo bolivariano. Por ora, compartilho com os autores do desejo de que o “contraponto de vozes” oferecido através dessa compilação possa colaborar para uma “abertura real e crítica do debate sobre a Revolução Bolivariana e a Venezuela” (pág. 7). Que a leitura dessa obra inspire mais trabalhos nesse sentido, e surjam novos contrapontos de sofisticadas vozes, que possam ir mais além das propagandas e condenações militantes.